



# Escritórios de advogados ignoram exame para a Ordem

**Âmbito.** Bastonário criou nova prova e maioria chumbou. Sociedades contrataram na mesma

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

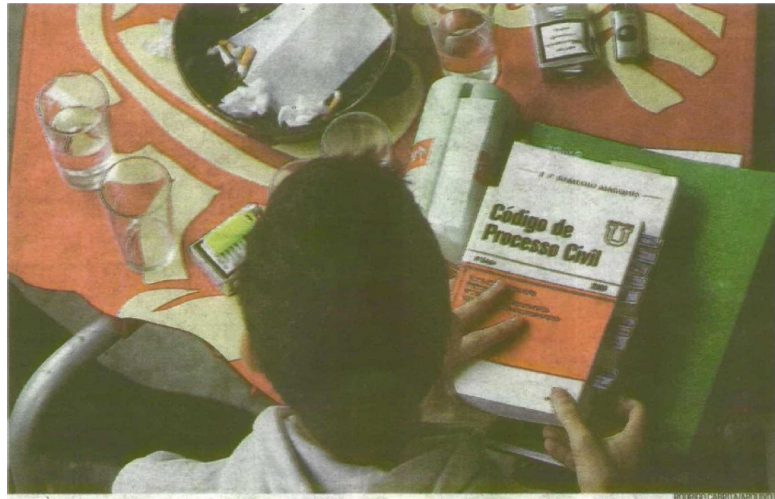
Os escritórios de advogados garantem que estão a contratar os recém-licenciados em Direito que chumbaram no polémico exame de acesso à Ordem dos Advogados (OA), criado por Marinho e Pinto. Por terem reprovado, não se puderam inscrever na OA como advogado estagiário.

Mas escritórios como a PLMJ, de José Miguel Júdice, a Moraes Leitão (MLGTS) ou a Vieira de Almeida (VdA), fundada por Vasco Vieira de Almeida – duas das maiores sociedades de advogados de Portugal –, dizem ignorar a obrigatoriedade imposta pelo bastonário em Janeiro último. Esta nova prova (um exame escrito com todos os temas dados no curso) está agora a ser analisada no Tribunal Constitucional (TC), a pedido do provedor de Justiça e do procurador-geral da República.

Os quase 300 alunos que se inscreveram neste exame, em Março, chumbaram em massa (mais de 90%), o que não lhes permitiu a inscrição. "O elevado número de chumbos registado no exame de admissão não tem impacto no nosso plano de recrutamento de estagiários", referiu ao DN Fernando Resina da Silva, sócio com o peão dos estagiários na VdA.

Aliás, segundo Susana Almeida Lopes, também da VdA, entre os novos estagiários há uns que reprovaram no novo teste: "Alguns dos estagiários que seleccionámos este ano chumbaram nesse exame, mas tal não afecta o compromisso que com eles assumimos, esperando que até Setembro este problema esteja resolvido."

Até lá, o TC deverá tomar uma decisão. Caso os juizes conside-



Quase 300 licenciados em Direito não foram aprovados no exame que permite o início do estágio

rem a prova ilegal, os alunos poderão inscrever-se directamente no estágio. Caso o TC dê razão ao bastonário, centenas de licenciados em Direito terão de repetir o exame e obter uma aprovação para dar início ao estágio de advocacia.

Mas as sociedades não parecem dar qualquer valor à prova. "A PLMJ faz uma avaliação e selecção criteriosa dos candidatos a estagiários, tendo seleccionado só licenciados que já iniciaram o mestrado de Bolonha, pelo que os resultados do exame da Ordem não alteraram em nada a sua decisão", disse ao DN fonte oficial da sociedade, considerando que o exame não é "revelador das suas qualidades enquanto futuros advogados". Por isso, a PLMJ garante que vai trabalhar com todos os futuros estagiários que já foram convidados,

## ALTERAÇÃO

### Revisão do Estatuto da Ordem em 2010

Antes de Janeiro de 2010, data em que o bastonário aprovou a alteração ao Estatuto da Ordem com esta nova norma, para que um estagiário se inscrevesse na OA bastava ser licenciado em Direito. E ao fim de um ano e meio de aulas de formação, os formandos só aí seriam sujeitos a uma avaliação de seis exames escritos. Agora, segundo a alteração proposta, a inscrição dos candidatos pressupõe um exame de acesso ao estágio.

"a partir de Setembro de 2010, incluindo os que tiveram a infelicidade de chumbar".

O advogado João Santos, responsável pelos estagiários na sociedade de advogados Miranda Law Firm, garante que "o investimento nos processos de selecção é muito grande e não se compadece com a imprevisibilidade decorrente dos resultados da nova prova de selecção". E Manuel Castelo Branco, sócio da Gonçalves Pereira, assume que este chumbo e exame obrigatório "foi indiferente ao nosso ciclo de contratações".

Da parte da Abreu Advogados, a sócia Marta Pinto Trindade, em declarações ao DN, explica que "estes chumbos não tiveram impacto no processo de selecção". E acrescenta: "O grande problema está no facto de nem sequer se saber quando

## CRONOLOGIA

### BASTONÁRIO CRIA EXAME

14 de Janeiro de 2010 O conselho geral, órgão liderado por Marinho e Pinto, criou um exame nacional de acesso ao estágio de Direito. A inscrição na Ordem dos Advogados depende da aprovação neste exame.

### MINISTRO APELA A PGR

14 de Julho O ministro do Ensino Superior pede a Pinto Monteiro para "repor a legalidade" no acesso ao estágio. Na carta, Mariano Gago escreve que a este exame "parece resultar numa medida injustificadamente discriminatória".

### PROVEDOR ENVIA PARA TC

16 de Julho O provedor de Justiça diz que o exame é inconstitucional e envia a norma para o Tribunal Constitucional (TC). Em causa, a violação do direito de livre acesso à profissão.

### PGR ENVIA PARA TC

19 de Julho Pinto Monteiro responde à carta de Mariano Gago, dizendo que pediu ao Ministério Público que enviasse a apreciação desta norma para o TC.

este exame vai voltar a realizar-se e em toda a polémica existente em torno do mesmo." Por isso concluiu: "É uma situação terrível para os recém-licenciados e para nós, em termos organizativos, é também extremamente penoso."

### Bastonário mantém posição

Porém, o bastonário Marinho e Pinto mantém a sua posição: "O Estado não pode querer dois pesos e duas medidas: por um lado, dá ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ), que forma magistrados, o poder de recusar os novos licenciados em Direito, por outro quer obrigar a OA a aceitar todos os licenciados", diz, em declarações ao DN. Marinho e Pinto explica que criou o exame para fazer uma triagem de tantos cursos. "Já não se ensina Direito, vendem-se cursos."